PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS

ROGÉRIO CONCEIÇÃO BACALHAU COELHO

Assinado de forma digital por ROGÉRIO CONCEIÇÃO BACALHAU COELHO
Dados: 2021.06.18 12:19:07 +01'00'

maio de 2021

Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal

Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039

geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial

Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039
daf@cm-faro.pt

Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal

Índice

DISPOSIÇÕES GERAIS 3
ARTIGO 1º. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO 3
ARTIGO 2º. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE 3
ARTIGO 3º. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR 3
ARTIGO 4º. CONCORRENTES 4
ARTIGO 5º. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO 4
ARTIGO 6º. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 4
ARTIGO 7º. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 6
PROPOSTA 6
ARTIGO 8º. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA 6
ARTIGO 9º. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA 9
ARTIGO 10º. PROPOSTAS VARIANTES 10
ARTIGO 11º. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA 10
ARTIGO 12º. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS 11
ARTIGO 13º. OBRIGAÇÕES DA ACIN-ICLOUD SOLUTIONS, LDA. 12
ARTIGO 14º. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS 12
ARTIGO 15º. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS 12
SECÇÃO I 13
AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS 13
ARTIGO 16º. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO 13
SECÇÃO II 13
CAUÇÕES 13
ARTIGO 17º. CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES 13
ARTIGO 18º. MODOS DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO 13
SECÇÃO III 14
DISPOSIÇÕES FINAIS 14
ARTIGO 19º. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL 14
ANEXO I 16
DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP) 16
ANEXO II 17
MODELO DE DECLARAÇÃO 17
ANEXO III 18
MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA / SEGURO DE CAUÇÃO 18

Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal

Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039

geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial

Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039

Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal

TITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º. Identificação do Concurso

1 - O contrato, a celebrar na sequência do procedimento de concurso público com publicidade internacional, tem por objeto a aquisição de serviços de seguros estabelecidos no caderno de encargos e respetivos anexos.

2 - De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação:

66510000-8 - Serviços de seguros;

66512100-3 - Serviço de seguros de acidentes;

66514110-0 – Serviços de seguros automóvel;

66514150-2 – Serviços de seguros de embarcações;

66515000-3 – Serviços de seguros contra danos ou perdas;

66516000-0 – Serviços de seguros de responsabilidade civil.

Artigo 2º. Identificação da entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Faro, número de identificação fiscal 506 579 425, sito no largo da Sé, n.º 13, 8004-001 FARO, com os números de telefone 289 870 870 e de fax 289 870 039 e com o endereço de correio eletrónico: geral@cm-faro.pt., sitio institucional www.cm-faro.pt, que utiliza a plataforma eletrónica de contratação pública disponível no portal https://www.acingov.pt.

Artigo 3º. Órgão que tomou a decisão de contratar

1 - O contrato objeto do presente procedimento é celebrado em nome do Município de Faro, sendo outorgado nos termos do artigo 106.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

2 - A decisão de contratar, de autorização da realização da despesa e da abertura do presente concurso público foi aprovada pela Câmara Municipal de Faro (Proposta n.º 210/2021/CM, de 31-05-2021), em 07-06-2021.

Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal
Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039
geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial
Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039
Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal

Artigo 4º. Concorrentes

1 - Podem apresentar propostas todas as entidades registadas no Instituto de Seguros de Portugal, atualmente Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

2 - Podem ser concorrentes agrupamentos de sujeitos jurídicos, ainda que entre os mesmos não exista qualquer modalidade jurídica de associação, os quais, caso lhes seja adjudicado o contrato objeto do presente procedimento devem associar-se na modalidade de consórcio, assumindo expressamente a obrigação de responsabilidade solidária.

3 - O concorrente e no caso dos agrupamentos, todos os seus elementos devem ser empresas de seguros, legalmente constituídas e autorizadas a explorar os ramos e modalidades de seguros objeto do presente concurso, nos termos da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, na redação atual, e sua regulamentação.

4 - O contrato de adjudicação é celebrado com a empresa ou consórcio a constituir pelo agrupamento de empresas adjudicatário.

Artigo 5º. Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento

1 - Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como a lista de erros e omissões das peças do procedimento, devem ser solicitados e apresentados, respetivamente, pelos interessados, por escrito, ao júri do procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica disponível no portal https://www.acingov.pt

2 - Os esclarecimentos e/ou a pronúncia sobre os erros e omissões serão prestados por escrito e a sua notificação aos interessados deverá ocorrer até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, sem prejuízo do disposto no artigo 64.º do CCP.

3 - Os esclarecimentos e as retificações serão disponibilizados na plataforma eletrónica disponível no portal https://www.acingov.pt. e juntos às peças do procedimento patentes para consulta, procedendo-se à notificação de todos os interessados.

4 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6º. Documentos de habilitação

1 - O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação, diretamente na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Faro, disponível no portal https://www.acingov.pt:

Faro
Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal
Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039
geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial
Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal
Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039

a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP e conforme Anexo II ao presente programa de procedimento;

b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;

c) Comprovativo de inscrição no registo no Instituto de Seguros de Portugal, atualmente Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);

d) Certidão permanente emitida pela respetiva Conservatória do Registo Comercial ou código de acesso à certidão permanente do registo comercial online, com a inscrição da firma e todos os registos em vigor, devidamente atualizada, relativas ao adjudicatário ou a cada uma das empresas integrantes do agrupamento concorrente;

e) No caso do concorrente ser em nome individual, a declaração de início de atividade;

f) Certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, conforme Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, ou certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, no caso de ser concorrente estrangeiro.

2 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do presente programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das atividades objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

3 - Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

4 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

5 - Quando o adjudicatário for um agrupamento, todos os membros do agrupamento devem apresentar o(s) documento(s) indicado(s) nas alíneas a), b), c) e d) e f) do número anterior.

6 - Quando os documentos destinados a demonstrar a existência dos impedimentos a que se referem as alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

Faro
Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal
Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039
geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão
Administrativa e Patrimonial
Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal
Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039

7 - Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos nas alíneas d) e e) do artigo 55.º do CCP, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou a indicação prevista no número anterior.

Artigo 7º. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1 - O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação de adjudicação.

2 - No caso de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, o adjudicatário deverá proceder à supressão dessas irregularidades, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

TITULO II
PROPOSTA

Artigo 8º. Documentos que constituem a proposta

1 - A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponível em https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt, de acordo com as instruções estabelecidas no Anexo I do programa do procedimento, sendo que o referido documento deve ser apresentado em ficheiro, com a designação "*Anexo1_[designação_concorrente].pdf*".

b) Certidão permanente emitida pela respetiva Conservatória do Registo Comercial ou código de acesso à certidão permanente do registo comercial *online*, com a inscrição da firma e todos os registos em vigor, devidamente atualizada, relativas ao adjudicatário ou a cada uma das empresas integrantes do agrupamento concorrente;

c) No caso do concorrente ser em nome individual, a declaração de início de atividade;

d) Declaração indicando a empresa designada para representar o agrupamento perante a entidade adjudicante, caso se aplique;

e) Documentos que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente:

i. Preço anual e global dos diferentes ramos de seguro (em algarismos e por extenso);

ii. Preço unitário por apólice de seguro, mediante o preenchimento do formulário da proposta, sendo que:

Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal

Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039

geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial

Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal

Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039

a) No caso dos veículos e das embarcações deve indicar o prémio total anual por veículo e por embarcação;
b) No caso do Seguro de Multirriscos Patrimoniais, deve especificar o prémio total anual da apólice do Teatro Lethes;
c) No caso do Seguro de Responsabilidade Civil Autarquias, deve especificar o prémio total anual da apólice dos espaços de jogo e recreio e para o n.º estimado de 500 felinos;
d) No caso do Seguro de Acidentes Pessoais de Voluntários, deve especificar o prémio total anual da apólice para o n.º estimado de 80 voluntários.

f) Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, designadamente:

i. Declaração do concorrente, na qual este indique qual a empresa resseguradora, bem como a percentagem do risco coberto pela mesma;
ii. Para cada ramo, deverão ser discriminados os seguintes elementos, quando aplicável:
    1. Taxa comercial;
    2. Coeficiente de encargos;
    3. Riscos cobertos e montantes associados;
    4. Âmbito territorial e temporal do contrato;
    5. Direitos e obrigações das partes, assim como do segurado e do beneficiário;
    6. O prémio e fórmula do respetivo cálculo;
    7. O conteúdo da prestação do segurador em caso de sinistro e o modo de o determinar;
    8. Valor das franquias;
    9. Bónus ou descontos que bonifiquem, de cada uma das apólices de seguro a contratar.
iii. Relativamente ao seguro frota automóvel, deve apresentar:
    1. O funcionamento da tabela de penalizações e bonificação do prémio;
    2. Critérios utilizados para a determinação e atualização do valor do veículo para efeitos de "danos próprios";
    3. Rede de oficinas convencionadas;
iv. Relativamente ao seguro de embarcações, deve apresentar:
    1. Critérios utilizados para a determinação e atualização do valor da embarcação para efeitos de "danos próprios";
    2. Rede de estaleiros convencionados;

Faro
Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal
Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039
geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425
Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial
Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal
Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039

v. Relativamente ao seguro de multirriscos patrimoniais, deve indicar o limite de capital coberto ou percentagem, por tipo de cobertura e as coberturas;

vi. O que contempla o direito à reparação, previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual, quanto aos limites previstos na legislação em vigor;

vii. Fórmula de cálculo da prestação da remuneração segura, resultado de incapacidade temporária absoluta para o trabalho (ITAT).

2 - Os concorrentes deverão especificar nas suas propostas todos os aspetos que considerem relevantes para a avaliação das mesmas.

3 - Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

4 - O preço expresso em euros, as percentagens, taxas e franquias, deverão ser indicados em algarismos e por extenso prevalecendo, em caso de divergência, o expresso por extenso.

5 - A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, nos termos do artigo 11.º do presente programa de procedimento.

6 - O documento referido na alínea a) do número 1, deverá ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

7 - No caso em que algum concorrente se encontre em alguma (ou várias) das situações de impedimento previstas nas alíneas b), c), g), h) ou l) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, e tenha adotado medidas para demonstrar a sua fiabilidade (medidas de auto-limpeza ou self-cleaning), deverá assinalar e indicar, na Parte III do DEUCP, e por referência apenas às situações de impedimento que, nos termos do CCP, admitem self-cleaning, quais as medidas concretamente tomadas que demonstrem a sua idoneidade nos termos do n.º 2 do artigo 55.º-A do CCP

8 - Tendo em conta que as situações em relação às quais o CCP admite a relevação (*self-cleaning*) são em número inferior às previstas na Diretiva 2014/24/UE e, nessa medida, não são coincidentes com todas as que constam no DEUCP, desde já se clarifica que serão sempre excluídas as propostas apresentadas por concorrentes que se encontrem em alguma situação de impedimento prevista no artigo 55º do CCP em relação à qual o CCP não admita a possibilidade de relevação (*self-cleaning*), ainda que tal concorrente tenha adotado medidas que demonstrem a sua idoneidade e fiabilidade no que respeita a tal impedimento e as tenha indicado no DEUCP.

9 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento, deve ser preenchido e apresentado um DEUCP por cada membro que o integra, devendo ser assinados pelo representante comum do agrupamento ou, caso o agrupamento não o tenha designado, pelo

Faro
Largo da Sé,
3004-001 Faro, Portugal
Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039
geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão
Administrativa e Patrimonial
Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal
Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039

membro do agrupamento (ou seus representantes) a que cada um dos DEUCP em causa respeita.

10 - No caso de agrupamento de concorrentes, cada um dos elementos do agrupamento deve efetuar a discriminação do valor da proposta por cada um dos membros do agrupamento concorrente.

11 - Os concorrentes ficam obrigados a apresentar todos os documentos, elementos e informações adicionais que o Município de Faro considere necessários ao esclarecimento ou aclaramento do referido nos números anteriores.

12 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

13 - Excetuam-se do disposto no número anterior, as situações de utilização em frases de estrangeirismos importados para a língua portuguesa, bem como a utilização pontual de referências ou conceitos técnicos em língua estrangeira e que sejam vulgarmente utilizadas no âmbito do setor de atividade em que se integram os serviços objeto do presente procedimento

Artigo 9º. Classificação de documentos da proposta

1 - Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

2 - A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo órgão competente para a decisão de contratar, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3 - Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.

4 - Se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos que constituem as propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve promover, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando do facto todos os interessados.

5 - Quando, por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos do disposto no presente Programa de Procedimento, o órgão competente para a decisão de contratar pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do

Faro
Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal
Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039
geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão
Administrativa e Patrimonial
Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal
Tel.: 289 870 822
Fax.: 289 870 039

interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

Artigo 10º. Propostas variantes

1 - Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

2 - Para efeitos do número anterior, são variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

Artigo 11º. Modo de apresentação da proposta

1 - Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Faro, disponível no portal https://www.acingov.pt, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2 - Os documentos da proposta – identificados no número 1 do artigo 8.º do presente programa de procedimento, deverão ser, todos assinados individualmente mediante a aposição, em cada um deles, de uma assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

3 - A proposta deverá ser autenticada através de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4 - A assinatura eletrónica, referida no ponto anterior, deverá respeitar os termos constantes do n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, designadamente, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá este ser acompanhado de um documento eletrónico oficial indicativo do poder de representação e assinatura do assinante.

5 - Os certificados qualificados de assinatura eletrónica referidos no número anterior deverão ser certificados próprios dos concorrentes ou dos seus representantes legais, e deverão ser emitidos por entidade autorizada para o efeito e devidamente registada na Autoridade Certificadora disponível em www.gns.pt.

6 - De acordo com o n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, "quando o interessado realizar o carregamento, na plataforma eletrónica, de um ficheiro de uma proposta, este deve estar já encriptado e assinado, com recurso a assinatura eletrónica qualificada".

7 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico, comprovativo dessa receção.

Faro
Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal
Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039
geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425
Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial
Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal
Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039

8 - A proposta deve ser obrigatoriamente assinada pelo concorrente ou por representante(s) que tenha(m) poderes para obrigar o concorrente.

9 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, todos os documentos que integram a proposta devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros; não existindo representante comum, os documentos da proposta devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 12º. Prazo para apresentação das propostas

1 - As propostas e os documentos que as constituem deverão ser apresentados até às 23h59m59s do 30.º dia, a contar da data do envio do respetivo anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.

2 - A proposta e os respetivos documentos consideram-se apresentados quando o concorrente finaliza o processo de submissão da totalidade dos documentos, nos termos do disposto no artigo 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

3 - Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada (o certificado qualificado deverá ser atempadamente adquirido junto da entidade credenciada nos termos da legislação em vigor) em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no n.º 1 do presente artigo, salvo nas situações de justo impedimento a que se referem os números seguintes.

4 - Caso a proposta venha a ser submetida após o termo do prazo para a sua apresentação e tenha ocorrido uma situação que possa configurar "justo impedimento", o concorrente deverá em simultâneo com a submissão da proposta apresentar um documento alegando e fundamentando a existência de justo impedimento, o qual será analisado e apreciado pelo júri, admitindo-se o concorrente caso tal alegação seja considerada procedente e, nessa medida, deferida pelo júri.

5 - Caso a comprovação de justo impedimento exija a apresentação de documentos ou outros elementos de prova que, pela sua natureza, não possam ser obtidos a tempo de serem disponibilizados no momento da submissão da proposta, o concorrente deverá mencionar tal facto na sua alegação de justo impedimento e comprometer-se a proceder à junção dos referidos elementos logo que deles disponha ou no prazo que lhe venha a ser definido pelo júri.

Faro
Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal
Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039
geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão
Administrativa e Patrimonial
Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal
Tel.: 289 870 822
Fax.: 289 870 039

6 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

7 - Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, os prazos para apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Artigo 13º. Obrigações da ACIN-iCloud Solutions, Lda.
(gestora da plataforma AcinGov)

1 - Disponibilização de selos temporais ilimitados, sem quaisquer custos para os agentes económicos (interessados, candidatos e concorrentes) que a utilizem.

2 - Registo dos agentes económicos na plataforma eletrónica, na modalidade gratuita, no máximo de três dias úteis, conforme n.º 3 do artigo 28.º da Lei n.º 96/2015 de 17 agosto.

3 - N.º de utilizadores ilimitado.

4 - Acesso em qualquer computador, após a primeira instalação do certificado de autenticação.

5 - Disponibilização do serviço de apoio técnico aos agentes económicos, por telefone e por correio eletrónico, entre as 9:00h e as 19:00h, sem quaisquer custos.

Artigo 14º. Prazo da obrigação da manutenção das propostas

1 - Os concorrentes deverão manter as suas propostas pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

2 - O prazo referido no número anterior, considera-se prorrogado por iguais períodos, salvo se o concorrente, antes de findar o prazo referido no número anterior ou alguma das suas renovações, requerer o contrário.

Artigo 15º. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1 - O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Faro, no portal www.acingov.pt.

2 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

Faro
Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal
Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039
geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão Administrativo e Patrimonial
Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal
Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039

SECÇÃO I
Avaliação das Propostas

Artigo 16º. Critério de Adjudicação

1 - Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74º do CCP, o critério de adjudicação é "o da proposta economicamente mais vantajosa", determinada pela avaliação do preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, é adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.

SECÇÃO II
CAUÇÕES

Artigo 17º. Caução para garantir o cumprimento de obrigações

1 - Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA, nos termos do n.º 1 dos artigos 88.º e 89.º do CCP. Conforme estipulado no n.º 4 do artigo 89.º, o valor da caução tem por referência o preço do seu período de vigência inicial e cada renovação deve ser condicionada à prestação de nova caução, que terá por referência o preço de cada um dos respetivos períodos de vigência.

2 - Nos termos do n.º 1 do artigo 105.º do CCP, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante, se por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, bem como, no caso do adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do mesmo diploma.

Artigo 18º. Modos de prestação da caução

1 - O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto

2 - A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária autónoma à primeira solicitação ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário.

Faro
Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal
Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039
geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425
Departamento de Gestão
Administrativa e Patrimonial
Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal
Tel : 289 870 822
Fax : 289 870 039

3 - O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do Município de Faro, devendo ser especificado o fim a que se destina a caução da prestação de serviços de seguros.

4 - Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90 % dessa média.

5 - Se o adjudicatário prestar caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, cujos termos deverão ser iguais ou, pelo menos, análogos aos do modelo constante do Anexo III ao presente Programa, devendo assegurar, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

6 - Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deverá apresentar apólice emitida por entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro, cujos termos deverão ser iguais ou, pelo menos, análogos aos do modelo constante do Anexo III ao presente programa, devendo assumir, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude de incumprimento das obrigações a que o seguro respeita.

7 - Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas, de prestação de caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.

8 - Todas as despesas, direta ou indiretamente resultantes da prestação da caução são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

SECÇÃO III

Disposições finais

Artigo 19º. Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa do procedimento aplica-se o regime previsto no CCP, na sua redação atual e legislação complementar, na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), pela demais legislação nacional e comunitária em vigor e aplicável, caderno de encargos e seus anexos e proposta do adjudicatário.

Faro
Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal
Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039
geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão
Administrativa e Patrimonial
Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal
Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o adjudicatário será obrigado a respeitar as normas contidas na legislação laboral e, em geral, todas as disposições relativas a seguros sociais, acidentes, segurança e higiene no trabalho.

Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal

Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039

geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão
Administrativa e Patrimonial

Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039

Largo do Sé
8004-001 Faro, Portugal

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

[aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, conforme formulário-tipo, disponível na versão xml, que se anexa]

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), de formato eletrónico, acessível em https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt, é disponibilizado em anexo às peças do programa do procedimento, pré-preenchido pela entidade adjudicante, sendo que para completar o seu preenchimento, devem os concorrentes selecionar as seguintes opções:

i) "Sou um operador económico";
ii) "Importar um DEUCP";
iii) "Carregar documento" - selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma eletrónica da Acingov, em formato XML;
iv) Selecionar o país do concorrente;
v) Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
vi) No final, clicar em "Exportar", guardar o ficheiro "espd-response.xml", imprimir o documento em formato PDF e guardar com a designação "*Anexo1_[designação_concorrente].pdf*", devendo o mesmo ser assinado e apresentado junto com os documentos da proposta.

Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal
Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039
geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial
Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039
Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal
Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039
geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão
Administrativa e Patrimonial
Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal
Tel : 289 870 822
Fax: 289 870 039

ANEXO III

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA / SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução n.º

Em nome e a pedido de . . . (249), vem o(a) . . . (250), pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Faro – contribuinte n.º 506 579 425, uma garantia bancária/seguro-caução . . . (251), até ao montante de . . . . (252), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do processo relativo à adjudicação de . . . (253), nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros . . . . (254) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

. . . (data).

. . . (assinatura do(s) representante(s) legal(ais)).

249 Identificação completa do adjudicatário.

250 Identificação completa da instituição garante.

251 Eliminar o que não interessar.

252 Indicar o valor por algarismos e por extenso.

253 Indicar o objeto do procedimento.

254 Eliminar o que não interessar.

Faro

Largo da Sé,
8004-001 Faro, Portugal

Tel. 289 870 870
Fax. 289 870 039

geral@cm-faro.pt
www.cm-faro.pt
Nif: 506 579 425

Departamento de Gestão Administrativa e Patrimonial

Largo da Sé
8004-001 Faro, Portugal

Tel.: 289 870 822
Fax: 289 870 039

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante

Informações sobre a publicação

Referência do anúncio relevante publicado no jornal oficial da União Europeia:

Número do aviso recebido

-

Número do anúncio no índice do JO:

-

URL do JO

Jornal Oficial Nacional

-

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional)

Identidade do adquirente

Nome oficial:

Município de Faro

País:

Portugal

Informações sobre o procedimento de contratação

Tipo de procedimento

Concurso aberto

Título:

Concurso público com publicidade internacional para a aquisição de serviços de seguros

Descrição sucinta:

Aquisição de serviços de seguros, através da contratação de apólices de seguro, conforme se descreve pormenorizadamente no Capítulo VII – Disposições Técnicas do caderno de encargos

Número de referência atribuído ao processo pela autoridade contratante ou pela entidade contratante (caso aplicável):

2021/CCP/68

Parte II: Informações sobre o operador económico

A: Informações sobre o operador económico

Nome:

-

Rua e número:

-

Código postal:

-

Localidade:

-

País:

Endereço Internet (sítio web) (se aplicável):

-

Correio eletrónico:

-

Telefone:

-

Pessoa ou pessoas a contactar:

-

Número de IVA, se aplicável:

-

Se o número de IVA não for aplicável, indicar outro número de identificação nacional, quando necessário e se for aplicável

-

O operador económico é uma micro, uma pequena ou uma média empresa?

○ Sim

○ Não

Apenas no caso de contratos reservados: o operador económico é uma entidade cujo objetivo é a integração social ou profissional, uma «empresa social» ou prevê a execução do contrato no quadro de programas de emprego protegido?

○ Sim

○ Não

Qual a percentagem correspondente de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos?

-

Se necessário, queira especificar a que categoria ou categorias específicas de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos pertencem os empregados

-

Se for caso disso, o operador económico encontra-se inscrito numa lista oficial de operadores económicos aprovados ou dispõe de certificação equivalente (por exemplo, no âmbito de um sistema de (pré-)qualificação)?

○ Sim

○ Não

- Responder às outras partes da presente secção, à secção B e, caso necessário, à secção C, da presente parte, preencher a parte V, se for caso disso, e, em todo o caso, preencher e assinar a parte VI.

a) Queira indicar o número de registo ou de certificação relevante, se aplicável:

-

b) Se o certificado de inscrição ou a certificação puderem ser obtidos por via eletrónica, indicar:

-

c) Indicar as referências em que se baseia a inscrição ou a certificação e, se for caso disso, a classificação obtida na lista oficial:

-

d) A inscrição ou a certificação abrange todos os critérios de seleção necessários?

○ Sim

○ Não

- Preencher também as informações em falta na parte IV, secções A, B, C ou D, consoante o caso, UNICAMENTE se tal for exigido no anúncio ou nos documentos do concurso relevantes

e) Pode o operador económico apresentar um certificado relativo ao pagamento das contribuições para a segurança social e dos impostos ou prestar informações que permitam à autoridade contratante ou entidade contratante obtê-lo diretamente através de uma base de dados nacional em qualquer Estado-Membro e que possa ser consultada gratuitamente?

○ Sim

○ Não

Se a documentação pertinente puder ser obtida por via eletrónica, indicar:

-

O operador económico participa no procedimento de contratação conjuntamente com outros operadores?

○ Sim

○ Não

- Queira assegurar que as outras partes interessadas preenchem um formulário DEUCP distinto.

a) Indicar o papel do operador económico no grupo (chefe do grupo, responsável pela execução de tarefas específicas...):

-

b) Indicar os outros operadores económicos que participam conjuntamente no procedimento de contratação:

-

c) Nome do grupo participante, se aplicável:

-

Quando aplicável, indicação do(s) lote(s) aos quais o operador económico pretende concorrer:

-

B: Informações sobre os representantes do operador económico #1

- Se aplicável, indicar o(s) nome(s) e endereço(s) da(s) pessoa(s) habilitada(s) a representar o operador económico para efeitos do presente procedimento de contratação:

Nome próprio

-

Apelido

-

Data de nascimento

-

Local de nascimento

-

Rua e número:

-

Código postal:

-

Localidade:

-

País:

Correio eletrónico:

-

Telefone:

-

Cargo/Agindo na qualidade de:

-

Caso necessário, fornecer informações pormenorizadas sobre a representação (forma assumida, dimensão, efeito...):

-

C: Informações sobre o recurso às capacidades de outras entidades

O operador económico depende das capacidades de outras entidades para preencher os critérios de seleção estabelecidos na parte IV, bem como os (eventuais) critérios e regras indicados na parte V?

○ Sim

○ Não

- Queira apresentar um formulário DEUCP separado com as informações exigidas nas secções A e B da presente parte e na parte III para cada uma das entidades envolvidas, devidamente preenchidos e assinados por essas mesmas entidades.
  Queira notar que essas informações devem também incluir quaisquer técnicos ou serviços técnicos não diretamente integrados na empresa do operador económico, em particular os responsáveis pelo controlo da qualidade e, no caso dos contratos de empreitada de obras públicas, dos técnicos ou dos serviços técnicos a quem o operador económico poderá recorrer para executar as obras.
  Na medida em que forem relevantes para efeitos da(s) capacidade(s) específica(s) a que o operador económico irá recorrer, queira incluir as informações exigidas nas partes IV e V em relação a cada uma das entidades envolvidas.

D: Informações sobre os subcontratantes a cujas capacidades o operador económico não irá recorrer

- (Esta secção só deverá ser preenchida se a informação em causa for explicitamente exigida pela autoridade ou entidade contratante.)

O operador económico tem a intenção de subcontratar alguma parte do contrato a terceiros?

○ Sim

○ Não

Em caso afirmativo e na medida em que sejam conhecidos, queira apresentar uma lista dos subcontratantes propostos:

-

- Se a autoridade ou entidade contratante solicitar expressamente essas informações para além das informações previstas na Parte I, queira apresentá-las nas secções A e B da presente parte e na Parte III para cada (categoria de) subcontratante em causa.

Parte III: Motivos de exclusão

A: Motivos relacionados com condenações penais

O artigo 57.º, n.º 1, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Participação numa organização criminosa

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por participação numa organização criminosa, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada (JO L 300 de 11.11.2008, p. 42).

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Corrupção

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por corrupção, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia (JO C 195 de 25.6.1997, p. 1) e do artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no setor privado (JO L 192 de 31.7.2003, p. 54). Este motivo de exclusão inclui também a corrupção conforme

definida na legislação nacional da autoridade contratante (entidade contratante) ou do operador económico.

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Fraude

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por fraude, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à proteção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias (JO C 316 de 27.11.1995, p. 48).

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção dos artigos 1.º e 3.º da Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo (JO L 164 de 22.6.2002, p. 3). Este motivo de exclusão inclui também a instigação, a cumplicidade ou a tentativa de infração nos termos do artigo 4.º da referida decisão-quadro.

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu

e do Conselho, de 26 de outubro de 2005, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (JO L 309 de 25.11.2005, p. 15).

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho (JO L 101 de 15.4.2011, p. 1).

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

B: Motivos relacionados com o pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social

O artigo 57.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Pagamento de impostos

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

País ou Estado-Membro em causa

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

○ Sim

○ Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

○ Sim

○ Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

-

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

-

Queira descrever os meios utilizados

-

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Pagamento de contribuições para a segurança social

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de contribuições para a segurança social, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou da entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

País ou Estado-Membro em causa

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

○ Sim

○ Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

○ Sim

○ Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

-

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

-

Queira descrever os meios utilizados

-

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

C: Motivos relacionados com a insolvência, conflitos de interesses ou uma falta grave em matéria profissional

O artigo 57.º, n.º 4, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Violação das obrigações no domínio da legislação social

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação social? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Violação das obrigações no domínio da legislação laboral

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação laboral? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Falência

O operador económico encontra-se em situação de falência?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Insolvência

O operador económico é objeto de um processo de insolvência ou de liquidação?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Acordo com os credores

O operador económico celebrou um acordo com os seus credores?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Situação análoga, como falência ao abrigo da legislação nacional

O operador económico encontra-se em alguma situação análoga, como uma situação de falência decorrente de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Ativos sob gestão por um liquidatário

Os ativos do operador económico estão a ser geridos por um liquidatário ou pelos tribunais?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Atividades suspensas

As atividades do operador económico encontram-se suspensas?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Acordos com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência

O operador económico celebrou acordos com outros operadores económicos com vista a distorcer a concorrência?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Falta grave em matéria profissional

O operador económico foi declarado culpado de uma falta grave em matéria profissional? Se for caso disso, ver as definições na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso.

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Conflitos de interesses decorrentes da participação no procedimento de contratação

O operador económico tem conhecimento de qualquer conflito de interesses, como tipificado na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso, decorrentes da sua participação no procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Intervenção direta ou indireta na preparação do presente procedimento de contratação

O operador económico ou uma empresa que lhe está associada aconselhou a autoridade ou entidade contratante ou participou de alguma outra forma na preparação do procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Rescisão antecipada, indemnizações ou outras sanções comparáveis

O operador económico foi objeto de rescisão antecipada de um contrato público anterior, de um contrato anterior com uma entidade contratante ou de um contrato de concessão anterior ou ainda objeto de um pedido de indemnização ou de outras sanções comparáveis ao abrigo desse contrato anterior?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Culpado de falsas declarações, ocultou informações, não conseguiu fornecer os documentos exigidos e obteve informações confidenciais sobre o presente procedimento

O operador económico já esteve numa das seguintes situações:

a) Foi considerado culpado de falsas declarações ao prestar as informações requeridas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou o cumprimento dos critérios de seleção,

b) Ocultou essas informações,

c) Não conseguiu apresentar sem demora os documentos comprovativos exigidos por uma autoridade contratante ou entidade contratante, e

d) Diligenciou no sentido de influenciar indevidamente o processo de decisão pela autoridade ou entidade contratante para obter informações confidenciais

suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no concurso nem de prestar, por negligência, informações deturpadas suscetíveis de influenciar de forma determinante decisões de exclusão, seleção ou adjudicação?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

D: Motivos de exclusão puramente nacionais

São aplicáveis os motivos de exclusão puramente nacionais especificados no anúncio relevante ou nos documentos do concurso?

Motivos de exclusão puramente nacionais

Outros motivos de exclusão que podem ser previstos pela legislação nacional do Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante. São aplicáveis os motivos de exclusão puramente nacionais especificados no anúncio relevante ou nos documentos do concurso?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Parte IV: Critérios de seleção

A: Adequação

O artigo 58.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes critérios de seleção

Inscrição num registo profissional relevante

Está inscrito em registos profissionais relevantes mantidos no seu Estado-Membro de estabelecimento, como descrito no anexo XI da Diretiva 2014/24/UE; os operadores económicos de alguns Estados-Membros podem ter de respeitar outros requisitos estabelecidos no referido anexo.

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Inscrição num registo comercial

Está inscrito em registos comerciais mantidos no seu Estado-Membro de estabelecimento, como descrito no anexo XI da Diretiva 2014/24/UE; os operadores económicos de alguns Estados-Membros podem ter de respeitar outros requisitos estabelecidos no referido anexo.

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Para os contratos de serviços: autorização especial necessária

É necessária uma autorização especial para poder executar o serviço em causa no país de estabelecimento do operador económico?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Para os contratos de serviços: necessidade de ser membro de uma determinada organização

É necessário ser membro de uma determinada organização para poder executar o serviço em causa no país de estabelecimento do operador económico?

Queira inserir a sua resposta

○ Sim

○ Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

○ Sim

○ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Terminar

Parte VI: Declarações finais

O operador económico declara sob compromisso de honra que as informações apresentadas nas partes II - V são exatas e corretas, tendo sido prestadas com conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

O operador económico declara sob compromisso de honra que pode mediante pedido e sem demora, fornecer os certificados ou outros documentos comprovativos referidos, salvo quando::

a) A autoridade ou entidade contratante disponha da possibilidade de obter diretamente os documentos comprovativos em causa mediante a consulta gratuita de uma base de dados nacional de qualquer Estado-Membro (desde que o operador tenha fornecido as informações (endereço Web, autoridade ou organismo emitente, referência exata da documentação) necessárias para permitir que a autoridade ou entidade contratante o faça. Quando necessário, este elemento deverá ser acompanhado das autorizações de acesso exigidas), ou

b) a partir de 18 de outubro de 2018, o mais tardar (dependendo da transposição para a legislação nacional do artigo 59.º, n.º 5, alínea b), da Diretiva 2014/24/UE), a autoridade ou entidade contratante já disporá dos documentos em causa.

O operador económico autoriza expressamente a autoridade ou entidade adjudicante, conforme indicada na parte I, a ter acesso aos documentos comprovativos das informações prestadas nas informações constantes da parte III e da parte IV do presente Documento Europeu Único de Contratação Pública para efeitos do procedimento de adjudicação estabelecido na parte I.

Data, local e, quando exigido ou necessário, assinatura(s):

Data

-

Local

-

Assinatura